



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO

### Nº 644, DE 2011

Dispõe sobre a alteração do regime de concessões de geração de energia elétrica e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Incluem-se os seguintes §§ ao art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995:

**“Art. 4º .....**

**.....”**

§ 13. As concessões de geração de energia elétrica de que trata o § 2º deste artigo poderão ter o seu regime de exploração alterado para produção independente, a critério do Poder Concedente, observado o prazo de 35 (trinta e cinco) anos, contado da data de assinatura do novo contrato ou da autorização, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

§ 14. O contrato de produção independente ou o instrumento de autorização de que trata o § 13 deste artigo conterá cláusulas que definirão:

a) A obrigatoriedade de prorrogação do prazo de vigência, até o final da concessão, dos CCEAR existentes no ano de 2011, decorrentes de leilões de compra de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes.

b) A obrigatoriedade de manutenção sem atualização, por três anos, dos preços praticados nos CCEAR prorrogados, observado o disposto no § 15 deste artigo.

c) A obrigatoriedade de recolhimento das quotas pelo uso de bem público, nos termos do art. 7º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

d) A obrigatoriedade de renúncia a eventual direito preexistente.

e) A obrigatoriedade de manutenção do atual regime de operação.

§ 15. Durante o período referido na alínea a) do § 14 deste artigo, a eventual atualização dos preços somente ocorrerá se o índice anual de reajuste superar cinco por cento, limitada à diferença percentual entre o índice contratual de reajuste anual e cinco por cento ao ano.

§ 16. As solicitações de alteração do regime de exploração deverão ser encaminhadas em até sessenta dias após o fim da vigência legal, e a prorrogação dos CCEAR deve ser firmada até trinta dias após a assinatura dos Contratos de Concessão de Produção Independente ou da emissão dos Instrumentos de Autorização.

§ 17. A prorrogação dos CCEAR, de que trata o § 13 deste artigo, manterá, para cada empreendimento, a mesma proporção entre as vendas para os ambientes de contratação regulada e de contratação livre, praticada pela empresa em 31 de dezembro de 2011. (NR)”

**Art. 2º** Revogam-se os incisos I e II do art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

**Art. 3º** O inciso III do art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º. É objeto de concessão, mediante licitação de uso de bem público:

.....  
 III - o aproveitamento de novos potenciais hidráulicos de potência superior a 50.000 kW, destinados à produção independente de energia elétrica ou à autoprodução, resguardado direito adquirido relativo às concessões existentes. (NR)”

**Art. 4º** O § 8º do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“**Art. 13.** .....

.....  
 § 8º Os recursos provenientes do pagamento pelo uso de bem público e das multas impostas aos agentes do Setor serão aplicados, exclusivamente, no desenvolvimento da universalização do serviço público de energia elétrica, enquanto requerido, exceto aqueles que decorrerem da mudança de regime de geração para produção independente, que deverão ser aplicados para promover a modicidade tarifária.

.....(NR)”

**Art. 4º** Inclua-se o seguinte § ao art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004:

“**Art. 2º** .....

.....  
 § 19. No atendimento à obrigação referida no *caput* deste artigo, de contratação da totalidade do mercado, deverá ser considerada a

energia elétrica proveniente da prorrogação dos CCEARs decorrentes das alterações de regime de geração para produção independente. (NR)”

**Art. 5º** O Poder Concedente ajustará aos termos desta Lei, quando requerido pelos interessados, os contratos que resultaram da aplicação do disposto nos §§ 3º e 5º do art. 20 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei que trago à consideração do Parlamento visa a corrigir uma falta de isonomia entre agentes do setor público e do setor privado na indústria da eletricidade.

Toda nova concessão de potencial de energia hidráulica licitada pela União é destinada à produção independente de energia e não à prestação de serviços públicos. E nem deveria ser diferente, pois, como será exposto, a geração de energia elétrica não se caracteriza como serviço público. Isso porque as usinas geradoras de energia elétrica não são construídas com a finalidade de atender diretamente o usuário final, como se espera das prestadoras de serviço público, ainda que a lei permita a venda direta para consumidores livres.

Ensina o Prof. Antônio Carlos Cintra do Amaral, em trabalho publicado pelo CELC - Centro de Estudos sobre Licitações e Contratos sob o título “Conceito de serviço público passível de concessão ou permissão” (grifos nossos):

Não existe um conceito universal de “serviço público”. Assim, ao defini-lo, devemos começar dizendo: “No Direito brasileiro, serviço público é ...”. Para isso é necessário analisar as normas constitucionais e legais que vigoram no País.

Mais específico ainda é o conceito de “serviço público passível de concessão ou permissão.” O art. 175 da Constituição dispõe que:

“Incumbe ao Poder Público, na forma da lei diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos”. Cabe indagar, à vista do texto constitucional, se todo serviço público, como tal atribuído à esfera de atuação do Poder Público pela Constituição e pela lei é passível de concessão ou permissão. É evidente que todo serviço público pode ser prestado diretamente pelo Poder Público à sociedade. Mas a questão é: todo e qualquer serviço público pode ser prestado indiretamente, através de um concessionário ou permissionário?

Diante do Direito brasileiro, a resposta a esta questão é negativa. Somente o serviço público específico e divisível, que possa ser prestado ao usuário mediante pagamento de uma tarifa, é passível de

concessão ou permissão. Se o serviço é específico e divisível, ele pode ser prestado:

a) diretamente pelo Poder Público (ou simplesmente posto à disposição), mediante pagamento de uma taxa; ou b) indiretamente pelo Poder Público, mediante concessão ou permissão, e, desde que efetivamente prestado, ser remunerado mediante pagamento de uma tarifa.

Em artigo<sup>1</sup> publicado na Revista Diálogo Jurídico (Ano I - Vol I - Salvador - 2001), o brilhante Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello assim se manifestou:

Serviço público, em sentido técnico jurídico, é toda atividade de oferecimento de utilidade ou comodidade material fruível diretamente pelos administrados, prestada pelo Estado ou por quem lhe faça às vezes, sob um regime de direito público - portanto, consagrador de prerrogativas de supremacia e de restrições especiais - instituído pelo Estado em favor dos interesses que houver definido como próprios no sistema normativo.

.....

Consiste na prestação de uma utilidade ou comodidade **material**, como oferecimento de água, luz, gás, telefone, transporte coletivo, tratamento da saúde, ministério de ensino etc. Esta oferta é feita aos **administrados em geral**. Daí falar-se, com razão, no princípio da **generalidade do serviço público**.

Completa o prof. Bandeira de Mello:

Na concessão, o Estado **interpõe o concessionário entre ele e o administrado** no que atina ao **desempenho da atividade concedida**. Dessarte será o concessionário - e não o concedente - quem terá, de direito, seu imediato encargo e, por isto, **responderá ante os usuários** por sua prestação, por sua boa qualidade ou pela insuficiência ou, ainda, por danos que lhes causar ou que atingirem terceiros. É perante o concessionário que os usuários reclamarão o que tiverem a demandar em relação ao serviço. Daí dizer-se que o concessionário age em nome próprio, assim como também se diz que o fará por sua conta e risco, vez que sacará a remuneração daquilo que a exploração do serviço proporcionar.

.....

Já, na concessão, tal como se passa igualmente na permissão - e em contraste com o que ocorre nos meros contratos administrativos de prestação de serviços, ainda que públicos, o concedente se retira do

---

<sup>1</sup> Serviço público e poder de polícia : concessão e delegação.

encargo de prestar diretamente o serviço e **transfere para o concessionário** a qualidade, o título jurídico, de prestador do serviço **ao usuário**, isto é: o de pessoa interposta entre o Poder Público e a coletividade.

A obrigação de vender energia ao usuário final cabe às empresas concessionárias e permissionárias de distribuição. Jamais foi ou será das empresas geradoras, ainda que elas sejam denominadas “concessionárias de serviços públicos”.

Em 13 de fevereiro de 1995, foi sancionada a Lei nº 8.987, conhecida como “Lei das Concessões” que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da *prestação de serviços públicos*, previsto no art. 175 da Constituição Federal. Ainda em 1995, foi sancionada a Lei nº 9.074, de 7 de julho, que complementa a Lei de Concessões, com foco no setor elétrico.

Em seu art. 11, a Lei nº 9.074 criou a figura do “produtor independente de energia elétrica” (PIE), caracterizando-o como “*a pessoa jurídica ou empresas reunidas em consórcio que recebam concessão ou autorização do poder concedente, para produzir energia elétrica destinada ao comércio de toda ou parte da energia produzida, por sua conta e risco*”. No parágrafo único do referido artigo, definiu o legislador que: “*O produtor independente de energia elétrica está sujeito a regras operacionais e comerciais próprias, atendido o disposto nesta Lei, na legislação em vigor e no contrato de concessão ou ato de autorização*”.

O art. 12 da mesma lei define que o PIE pode vender energia para concessionário de serviço público de energia elétrica; consumidores livres; consumidores de energia elétrica integrantes de complexo industrial ou comercial, aos quais o produtor independente também forneça vapor oriundo de processo de cogeração; conjunto de consumidores de energia elétrica, independentemente de tensão e carga, nas condições previamente ajustadas com o concessionário local de distribuição; qualquer consumidor que demonstre ao poder concedente não ter o concessionário local lhe assegurado o fornecimento no prazo de até cento e oitenta dias contado da respectiva solicitação. Ressalte-se que o PIE “*pode vender*”. Portanto, não lhe é garantida a venda nem está obrigado a vender a energia que produz, mas, se o fizer, deverá ser para um ou mais dos grupos de consumidores enumerados no art. 12.

O art. 13 da referida Lei determina ainda que o “aproveitamento de potencial hidráulico, para fins de produção independente, dar-se-á mediante contrato de concessão de *uso de bem público*...”. Ou seja, não há, para esses casos, contrato de concessão *de serviços públicos*. Assim sendo, as atuais “concessões de geração de serviço público” não deveriam estar enquadradas na Lei nº 8.987, de 1995,.

Diz o art. 6º da Lei nº 8.987, de 1995:

“Art. 6º. Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

.....”

Ora, as geradoras não estão obrigadas ao “pleno atendimento dos usuários”. Essa obrigação é das distribuidoras. Em paralelo, as geradoras não estão obrigadas a produzir com continuidade. Pelo contrário, estão sujeitas aos comandos do ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico para fins de despacho de suas unidades, que podem, por conveniência da operação, permanecer desligadas. Considere-se, adicionalmente, que as geradoras, como regra geral, não vendem energia mediante “tarifas” e sim mediante “preços”, negociados ou decorrentes de leilões onde a participação é voluntária e as ofertas (de preços) dependem de decisões das próprias geradoras, em função de circunstâncias de mercado.

Determina o *caput* do art. 9º da Lei nº 8.987, de 1995:

“Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato.

.....”

Os contratos de concessão de geração, mesmo os de “serviço público”, não fixam tarifas, muito menos regras de reajuste e de revisão. Isso porque, em tais contratos, não cabe o conceito de tarifa.

O art. 13 da Lei das Concessões também define condição inaplicável às geradoras:

Art. 13 As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

Também o art. 23 da citada Lei, ao definir as cláusulas essenciais dos contratos de concessão de serviços públicos, mostra-se, em vários casos, inaplicável aos contratos de concessão de geração.

Como exemplos podem ser citados:

- Para a geradora não é definida uma “área de concessão”;
  - Critérios e procedimentos para o reajuste e a revisão das tarifas;
- Obrigações da concessionária, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço;
- Direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização do serviço.

Se forem examinados os contratos de concessão firmados em 2004 pelas geradoras consideradas como “prestadoras de serviço público”, os aspectos acima comentados ficam completamente evidenciados.

Mais do que isto, ao identificar tais contratos de concessão de geração, a União os denomina de “CONTRATO DE CONCESSÃO PARA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DESTINADA A SERVIÇO PÚBLICO”. Essa identificação é distinta daquela dos contratos de concessão dos serviços de distribuição e transmissão: **CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE DISTRIBUIÇÃO/ TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA**.

Enquanto nos contratos de concessão de distribuição e de transmissão existem cláusulas específicas, relativas à manutenção do equilíbrio econômico financeiro (típicas na prestação de serviço público), nos contratos de geração não há a referida garantia. As transmissoras, em que pese sua circunstância especial, caracterizam-se como “prestadoras de serviços públicos”, uma vez que têm obrigação de atender a todos os usuários qualificados (livre acesso), seus contratos de concessão definem a receita e as regras de reajuste e revisão, definem a obrigação de continuidade dos serviços etc. Relembre-se que as transmissoras desenvolvem suas atividades em regime não concorrencial.

Em suma, a geradora de energia elétrica com concessão para serviço público, ou para autoprodução, é, de fato, um Produtor Independente (PIE) informal.

Já existem previsões legais para a alteração dos regimes de concessão para “produção independente”. Entretanto, elas contemplam apenas parte dos agentes setoriais. Ainda há importante parcela de concessionárias de geração indevidamente classificadas como “serviço público”, o que quebra a isonomia entre os agentes.

A Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, alterou o art. 28 da Lei nº 9.074, de 1995, para incluir quatro parágrafos e possibilitar que, *“em caso de privatização de empresa detentora de concessão ou autorização de geração de energia elétrica, é igualmente facultado ao Poder Concedente alterar o regime de exploração, no todo ou em parte, para produção independente, inclusive quanto às condições de extinção da concessão ou autorização e de encampação das instalações, bem como da indenização porventura devida”*.

Esses quatro parágrafos buscavam corrigir as distorções apontadas e estavam coerentes com a estratégia então adotada pelo Governo Federal, ou seja, de incentivo à privatização de todo o segmento de geração.

Na medida em que a privatização da geração deixou de ser estratégica para o Governo Federal, deveriam ter sido encontrados novos caminhos legais para evitar a incoerência existente entre os contratos de concessão de “geração para serviços públicos” e os termos da Lei (nº 8.987, de 1995) que dispõe sobre serviços públicos.

Também a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, em seu art. 20, parágrafos 3º e 5º, prevê a possibilidade de que as concessões de aproveitamentos hidrelétricos resultantes da separação das atividades de distribuição de que trata o referido artigo possam ter o regime de exploração modificado para produção independente de energia.

Os dispositivos legais citados colocam condicionantes que já não se justificam mais, limitando a possibilidade de alteração de regime à efetivação de um processo de privatização que não está mais em pauta – Lei nº 9.074, de 1995 – ou à desverticalização de atividades – Lei nº 10.848, de 2004, já efetivada.

O Projeto de Lei ora apresentado prevê a possibilidade de alteração do regime para todos os interessados, com a assinatura de novos contratos de concessão de uso de bem público para fins de produção independente, no caso de aproveitamentos hidrelétricos, e de instrumentos de autorização, no caso de usinas termelétricas e usinas hidroelétricas de pequeno porte.

Importante destacar que grande parte dos contratos de concessão de geração, passíveis de alteração para produção independente, estão com seus prazos se exaurindo no ano de 2015. Portanto, é razoável e justo que a alteração do regime seja feita para garantir tratamento isonômico a todos os agentes.

Entre várias geradoras e distribuidoras existem contratos de compra e venda de energia de empreendimentos existentes, resultantes de leilões realizados entre os anos de 2004 e 2007. Tais contratos foram firmados com preços significativamente baixos, em função do excesso de disponibilidade existente à época dos leilões. Destaque-se que os referidos preços são bastante mais baixos do que aqueles praticados em leilões não regulados pelo Governo Federal, importantes sinalizadores na formação de preços do mercado de energia elétrica.

O Projeto de Lei condiciona a alteração do regime de cada usina para produção independente à prorrogação dos atuais contratos de compra e venda de energia de empreendimentos existentes, pelo mesmo prazo da concessão anterior.

Como é sempre oportuno contribuir para a modicidade das tarifas pagas pelos consumidores que recebem energia das empresas distribuidoras – o chamado “mercado cativo”, o Projeto de Lei propõe que as prorrogações dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, existentes no ano de 2011, ocorram com a manutenção, por três anos, dos preços praticados na ocasião da prorrogação. Os referidos preços somente serão atualizados, nos três primeiros anos da prorrogação, na hipótese do índice contratual de reajuste ser superior a 5% (cinco por cento) ao ano. Nesse caso, a eventual atualização dos preços somente ocorrerá com o percentual em que o índice contratual de reajuste supere 5% (cinco por cento) ao ano.

Com o intuito de não comprometer a isonomia entre os ambientes de contratação regulada e de contratação livre, o Projeto de Lei determina ainda que a prorrogação dos CCEAR ocorra de modo a manter, para cada empreendimento, a mesma proporção de vendas para cada ambiente, constatada na empresa em 31 de dezembro de 2011.

O Projeto de Lei determina que os pedidos de alteração do regime de exploração deverão ser encaminhados até sessenta dias após a vigência da Lei que altera o art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos termos do presente texto. (eu acho que não é isso. É o fim da vigência da concessão)

As prorrogações dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR deverão estar formalizadas em até trinta dias após a assinatura dos Contratos de Concessão de Produção Independente ou da emissão dos Instrumentos de Autorização.

Adicionalmente, o Projeto de Lei condiciona a alteração do regime à renúncia em relação a todo e qualquer eventual direito preexistente vinculado às usinas. A alteração do regime fica também condicionada à manutenção do atual regime de operação das usinas: integradas ou não integradas.

Nos termos propostos, os valores a serem recolhidos de quotas pelo uso de bem público, nos termos do art. 7º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, serão também destinados à modicidade tarifária.

O Projeto de Lei propõe ainda ajustes no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, em decorrência das alterações introduzidas no art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, pelas Leis nº 9.648, de 1998 e nº 11.943, de 2009.

Buscando isonomia entre os agentes de geração, o Projeto de Lei determina que o Poder Concedente ajuste aos termos ora propostos, quando requerido pelos interessados, os contratos que resultaram da aplicação do disposto nos parágrafos 3º e 5º do art. 20 da Lei nº 10.848, de 2004.

Pelo exposto, entendo estar plenamente justificado o projeto de lei, que, aprovado, aprimorará o modelo vigente do Setor Elétrico Nacional e garantirá a modicidade tarifária, razão pela qual solicito aos nobres Parlamentares o apoio para a aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões,

Senador **DELCÍDIO DO AMARAL**

**LEI Nº 9.074, DE 7 DE JULHO DE 1995.**

Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.

(...)

**Capítulo II**  
**DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA**

**Seção I**  
**Das Concessões, Permissões e Autorizações**

Art. 4º As concessões, permissões e autorizações de exploração de serviços e instalações de energia elétrica e de aproveitamento energético dos cursos de água serão contratadas, prorrogadas ou outorgadas nos termos desta e da Lei nº 8.987, e das demais.

§ 1º As contratações, outorgas e prorrogações de que trata este artigo poderão ser feitas a título oneroso em favor da União.

§ 2º As concessões de geração de energia elétrica anteriores a 11 de dezembro de 2003 terão o prazo necessário à amortização dos investimentos, limitado a 35 (trinta e cinco) anos, contado da data de assinatura do imprescindível contrato, podendo ser prorrogado por até 20 (vinte) anos, a critério do Poder Concedente, observadas as condições estabelecidas nos contratos. (Redação dada pela Lei nº 10.848, de 2004)

§ 3º As concessões de transmissão e de distribuição de energia elétrica, contratadas a partir desta Lei, terão o prazo necessário à amortização dos investimentos, limitado a trinta anos, contado da data de assinatura do imprescindível contrato, podendo ser prorrogado no máximo por igual período, a critério do poder concedente, nas condições estabelecidas no contrato.

§ 4º As prorrogações referidas neste artigo deverão ser requeridas pelo concessionário ou permissionário, no prazo de até trinta e seis meses anteriores à data final do respectivo contrato, devendo o poder concedente manifestar-se sobre o requerimento até dezoito meses antes dessa data.

§ 5º As concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica que atuem no Sistema Interligado Nacional – SIN não poderão desenvolver atividades: (Incluído pela Lei nº 10.848, de 2004)

I - de geração de energia elétrica; (Incluído pela Lei nº 10.848, de 2004)

II - de transmissão de energia elétrica; (Incluído pela Lei nº 10.848, de 2004)

III - de venda de energia a consumidores de que tratam os arts. 15 e 16 desta Lei, exceto às unidades consumidoras localizadas na área de concessão ou permissão da empresa distribuidora, sob as mesmas condições reguladas aplicáveis aos demais consumidores não abrangidos por aqueles artigos, inclusive tarifas e prazos; (Incluído pela Lei nº 10.848, de 2004)

IV - de participação em outras sociedades de forma direta ou indireta, ressalvado o disposto no art. 31, inciso VIII, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e nos respectivos contratos de concessão; ou (Incluído pela Lei nº 10.848, de 2004)

V - estranhas ao objeto da concessão, permissão ou autorização, exceto nos casos previstos em lei e nos respectivos contratos de concessão. (Incluído pela Lei nº 10.848, de 2004)

§ 6º Não se aplica o disposto no § 5º deste artigo às concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição e às cooperativas de eletrificação rural: (Redação dada pela Lei nº 11.192, de 2006)

I - no atendimento a sistemas elétricos isolados; (Incluído pela Lei nº 10.848, de 2004)

II – no atendimento ao seu mercado próprio, desde que seja inferior a 500 (quinhentos) GWh/ano e a totalidade da energia gerada seja a ele destinada; (Redação dada pela Lei nº 11.192, de 2006)

III - na captação, aplicação ou empréstimo de recursos financeiros destinados ao próprio agente ou a sociedade coligada, controlada, controladora ou vinculada a controladora comum, desde que destinados ao serviço público de energia elétrica, mediante anuência prévia da ANEEL, observado o disposto no inciso XIII do art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 17 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, garantida a modicidade tarifária e atendido ao disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. (Incluído pela Lei nº 10.848, de 2004)

§ 7º As concessionárias e as autorizadas de geração de energia elétrica que atuem no Sistema Interligado Nacional – SIN não poderão ser coligadas ou controladoras de sociedades que desenvolvam atividades de distribuição de energia elétrica no SIN. (Incluído pela Lei nº 10.848, de 2004)

§ 8º A regulamentação deverá prever sanções para o descumprimento do disposto nos §§ 5º, 6º e 7º deste artigo após o período estabelecido para a desverticalização. (Incluído pela Lei nº 10.848, de 2004)

§ 9º As concessões de geração de energia elétrica, contratadas a partir da Medida Provisória nº 144, de 11 de dezembro de 2003, terão o prazo necessário à amortização dos investimentos, limitado a 35 (trinta e cinco) anos, contado da data de assinatura do imprescindível contrato. (Incluído pela Lei nº 10.848, de 2004)

§ 10. Fica a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL autorizada a celebrar aditivos aos contratos de concessão de uso de bem público de aproveitamentos de potenciais hidráulicos feitos a título oneroso em favor da União, mediante solicitação do respectivo titular, com a finalidade de permitir que o início do pagamento pelo uso de bem público coincida com uma das seguintes situações, a que ocorrer primeiro: (Incluído pela Lei nº 11.488, de 2007)

I - o início da entrega da energia objeto de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR; ou (Incluído pela Lei nº 11.488, de 2007)

II - a efetiva entrada em operação comercial do aproveitamento. (Incluído pela Lei nº 11.488, de 2007)

§ 11. Quando da solicitação de que trata o § 10 deste artigo resultar postergação do início de pagamento pelo uso de bem público, a celebração do aditivo contratual estará condicionada à análise e à aceitação pela ANEEL das justificativas apresentadas pelo titular da concessão para a postergação solicitada. (Incluído pela Lei nº 11.488, de 2007)

§ 12. No caso de postergação do início do pagamento, sobre o valor não pago incidirá apenas atualização monetária mediante a aplicação do índice previsto no contrato de concessão. (Incluído pela Lei nº 11.488, de 2007)

Art. 5º São objeto de concessão, mediante licitação:

I - o aproveitamento de potenciais hidráulicos de potência superior a 1.000 kW e a implantação de usinas termelétricas de potência superior a 5.000 kW, destinados a execução de serviço público;

II - o aproveitamento de potenciais hidráulicos de potência superior a 1.000 kW, destinados à produção independente de energia elétrica;

III - de uso de bem público, o aproveitamento de potenciais hidráulicos de potência superior a 10.000 kW, destinados ao uso exclusivo de autoprodutor, resguardado direito adquirido relativo às concessões existentes.

§ 1º Nas licitações previstas neste e no artigo seguinte, o poder concedente deverá especificar as finalidades do aproveitamento ou da implantação das usinas.

§ 2º Nenhum aproveitamento hidrelétrico poderá ser licitado sem a definição do "aproveitamento ótimo" pelo poder concedente, podendo ser atribuída ao licitante vencedor a responsabilidade pelo desenvolvimento dos projetos básico e executivo.

§ 3º Considera-se "aproveitamento ótimo", todo potencial definido em sua concepção global pelo melhor eixo do barramento, arranjo físico geral, níveis d'água operativos, reservatório e potência, integrante da alternativa escolhida para divisão de quedas de uma bacia hidrográfica.

**LEI Nº 10.438, DE 26 DE ABRIL DE 2002.**

Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 5.899, de 5 de julho de 1973, nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências.

(...)

Art. 13. Fica criada a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, visando o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional e garantir recursos para atendimento à subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda, devendo seus recursos se destinar às seguintes utilizações: (Redação dada pela Lei nº 10.762, de 11.11.2003) (Regulamento)

I - para a cobertura do custo de combustível de empreendimentos termelétricos que utilizem apenas carvão mineral nacional, em operação até 6 de fevereiro de 1998, e de usinas enquadradas no § 2º do art. 11 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, situados nas regiões abrangidas pelos sistemas elétricos interligados e do custo das instalações de transporte de gás natural a serem implantados para os Estados onde, até o final de 2002, não exista o fornecimento de gás natural canalizado, observadas as seguintes limitações:

a) no pagamento do custo das instalações de transporte de gás natural, devem ser deduzidos os valores que forem pagos a título de aplicação do § 7º deste artigo;

b) para garantir até cem por cento do valor do combustível ao seu correspondente produtor, incluído o valor do combustível secundário necessário para assegurar a operação da usina, mantida a obrigatoriedade de compra mínima de combustível

estipulada nos contratos vigentes na data de publicação desta Lei, a partir de 1º de janeiro de 2004, destinado às usinas termelétricas a carvão mineral nacional, desde que estas participem da otimização dos sistemas elétricos interligados, compensando-se, os valores a serem recebidos a título da sistemática de rateio de ônus e vantagens para as usinas termelétricas de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 11 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, podendo a ANEEL ajustar o percentual do reembolso ao gerador, segundo critérios que considerem sua rentabilidade competitiva e preservem o atual nível de produção da indústria produtora do combustível; (Redação dada pela Lei nº 10.762, de 11.11.2003)

II - para pagamento ao agente produtor de energia elétrica a partir de fontes eólica, térmicas a gás natural, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas, cujos empreendimentos entrem em operação a partir da publicação desta Lei, da diferença entre o valor econômico correspondente à tecnologia específica de cada fonte e o valor econômico correspondente a energia competitiva, quando a compra e venda se fizer com consumidor final;

III - para pagamento do crédito de que trata a alínea *d* do inciso II do art. 3º;

IV - até 15% (quinze por cento) do montante previsto no § 2º, para pagamento da diferença entre o valor econômico correspondente à geração termelétrica a carvão mineral nacional que utilize tecnologia limpa, de instalações que entrem em operação a partir de 2003, e o valor econômico correspondente a energia competitiva.

V – para a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional e para garantir recursos à subvenção econômica destinada à modicidade tarifária para a subclasse baixa renda, assegurado, nos anos de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008 percentuais mínimos da receita anual da CDE de quinze por cento, dezessete por cento, vinte por cento, vinte e cinco por cento e trinta por cento, respectivamente, para utilização na instalação de transporte de gás natural previsto no inciso I deste artigo. (Incluído pela Lei nº 10.762, de 11.11.2003)

§ 1º Os recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE serão provenientes dos pagamentos anuais realizados a título de uso de bem público, das multas aplicadas pela ANEEL a concessionários, permissionários e autorizados e, a partir de 2003, das quotas anuais pagas por todos os agentes que comercializem energia com consumidor final, mediante encargo tarifário, a ser incluído a partir da data de publicação desta Lei nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição. (Redação dada pela Lei nº 10.848, de 2004)

§ 2º As quotas a que se refere o § 1º terão valor idêntico às quotas estipuladas para o ano de 2001 mediante aplicação do mecanismo estabelecido no § 1º do art. 11 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, deduzidas em 2003, 2004 e 2005, dos valores a serem recolhidos a título da sistemática de rateio de ônus e vantagens para as usinas termelétricas, situadas nas regiões atendidas pelos sistemas elétricos interligados.

§ 3º As quotas de que trata o § 1º serão reajustadas anualmente, a partir do ano de 2002, na proporção do crescimento do mercado de cada agente e, a partir do ano 2004,

também atualizadas monetariamente por índice a ser definido pelo Poder Executivo. (Redação dada pela Lei nº 10.762, de 11.11.2003)

§ 4º A nenhuma das fontes eólica, biomassa, pequenas centrais hidrelétricas, gás natural e carvão mineral nacional, poderão ser destinados anualmente recursos cujo valor total ultrapasse a 30% (trinta por cento) do recolhimento anual da CDE, condicionando-se o enquadramento de projetos e contratos à prévia verificação, junto à Eletrobrás, de disponibilidade de recursos.

§ 5º Os empreendimentos a gás natural referidos no inciso I do **caput** e a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa que iniciarem a operação comercial até o final de 2006, poderão solicitar que os recursos do CDE sejam antecipados para os 5 (cinco) primeiros anos de funcionamento, observando-se que o atendimento do pleito ficará condicionado à existência de saldos positivos em cada exercício da CDE e à não cumulatividade com os programas Proinfa e PPT.

§ 6º A CDE terá a duração de 25 (vinte e cinco) anos, será regulamentada pelo Poder Executivo e movimentada pela Eletrobrás.

§ 7º Para fins de definição das tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica, considerar-se-á integrante da rede básica de que trata o art. 17 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, as instalações de transporte de gás natural necessárias ao suprimento de centrais termelétricas nos Estados onde, até o final de 2002, não exista fornecimento de gás natural canalizado, até o limite do investimento em subestações e linhas de transmissão equivalentes que seria necessário construir para transportar, do campo de produção de gás ou da fronteira internacional até a localização da central, a mesma energia que ela é capaz de produzir no centro de carga, na forma da regulamentação da Aneel.

§ 8º Os recursos provenientes do pagamento pelo uso de bem público e das multas impostas aos agentes do Setor serão aplicados, exclusivamente, no desenvolvimento da universalização do serviço público de energia elétrica, enquanto requerido, na forma da regulamentação da ANEEL. (Redação dada pela Lei nº 10.762, de 11.11.2003)

§ 9º O saldo dos recursos da CDE eventualmente não utilizados em cada ano no custo das instalações de transporte de gás natural será destinado à mesma utilização no ano seguinte, somando-se à receita anual do exercício. (Incluído pela Lei nº 10.762, de 11.11.2003)

**LEI Nº 10.848, DE 15 DE MARÇO DE 2004.**

Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.

(...)

Art. 2º As concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN deverão garantir o atendimento à totalidade de seu mercado, mediante contratação regulada, por meio de licitação, conforme regulamento, o qual, observadas as diretrizes estabelecidas nos parágrafos deste artigo, disporá sobre:

I - mecanismos de incentivo à contratação que favoreça a modicidade tarifária;

II - garantias;

III - prazos de antecedência de contratação e de sua vigência;

IV - mecanismos para cumprimento do disposto no inciso VI do art. 2º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, acrescido por esta Lei;

V - condições e limites para repasse do custo de aquisição de energia elétrica para os consumidores finais;

VI - mecanismos para a aplicação do disposto no art. 3º, inciso X, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, por descumprimento do previsto neste artigo.

§ 1º Na contratação regulada, os riscos hidrológicos serão assumidos conforme as seguintes modalidades contratuais:

I - pelos geradores, nos Contratos de Quantidade de Energia;

II - pelos compradores, com direito de repasse às tarifas dos consumidores finais, nos Contratos de Disponibilidade de Energia.

§ 2º A contratação regulada de que trata o **caput** deste artigo deverá ser formalizada por meio de contratos bilaterais denominados Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, celebrados entre cada concessionária ou

autorizada de geração e todas as concessionárias, permissionárias e autorizadas do serviço público de distribuição, devendo ser observado o seguinte:

I - as distribuidoras serão obrigadas a oferecer garantias;

II - para a energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes, início de entrega no ano subsequente ao da licitação e prazo de suprimento de no mínimo 3 (três) e no máximo 15 (quinze) anos;

III - para a energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, início de entrega no 3º (terceiro) ou no 5º (quinto) ano após a licitação e prazo de suprimento de no mínimo 15 (quinze) e no máximo 35 (trinta e cinco) anos.

IV - o início da entrega da energia objeto dos CCEARs poderá ser antecipado, mantido o preço e os respectivos critérios de reajuste, com vistas no atendimento à quantidade demandada pelos compradores, cabendo à ANEEL disciplinar os ajustes nos contratos, de acordo com diretrizes do Ministério de Minas e Energia. (Incluído pela Lei nº 11.488, de 2007)

§ 3º Excetua-se do disposto no § 2º deste artigo as licitações de compra das distribuidoras para ajustes, em percentuais a serem definidos pelo Poder Concedente, que não poderão ser superiores a 5% (cinco por cento) de suas cargas, cujo prazo máximo de suprimento será de 2 (dois) anos.

§ 4º Com vistas em assegurar a modicidade tarifária, o repasse às tarifas para o consumidor final será função do custo de aquisição de energia elétrica, acrescido de encargos e tributos, e estabelecido com base nos preços e quantidades de energia resultantes das licitações de que trata o § 2º deste artigo, ressalvada a aquisição de energia realizada na forma do § 8º deste artigo.

§ 5º Os processos licitatórios necessários para o atendimento ao disposto neste artigo deverão contemplar, dentre outros, tratamento para:

I - energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes;

II - energia proveniente de novos empreendimentos de geração; e

III - fontes alternativas.

§ 6º Entendem-se como novos empreendimentos de geração aqueles que até o início de processo público licitatório para a expansão e comercialização da oferta de energia elétrica: (Redação dada pela Lei nº 11.943, de 2009)

I - não sejam detentores de outorga de concessão, permissão ou autorização; ou

II - sejam parte de empreendimento existente que venha a ser objeto de ampliação, restrito ao acréscimo de capacidade.

§ 7º A licitação para a expansão da oferta de energia prevista no inciso II do § 5º deste artigo deverá ser específica para novos empreendimentos ou ampliações, sendo vedada a participação de empreendimentos de geração existentes, ressalvado o disposto no § 7º-A. (Redação dada pela Lei nº 11.943, de 2009)

§ 7º-A. Poderão participar das licitações, para expansão da oferta de energia, os empreendimentos de geração que tenham obtido outorga de autorização da Aneel ou de concessão oriunda de sistema isolado, desde que atendam aos seguintes requisitos:

I – não tenham entrado em operação comercial; ou

II - (VETADO) (Incluído pela Lei nº 11.943, de 2009)

§ 8º No atendimento à obrigação referida no **caput** deste artigo de contratação da totalidade do mercado dos agentes, deverá ser considerada a energia elétrica:

I - contratada pelas concessionárias, pelas permissionárias e pelas autorizadas de distribuição de energia elétrica até a data de publicação desta Lei; e

II - proveniente de:

a) geração distribuída, observados os limites de contratação e de repasse às tarifas, baseados no valor de referência do mercado regulado e nas respectivas condições técnicas;

b) usinas que produzam energia elétrica a partir de fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, enquadradas na primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA; ou

c) Itaipu Binacional; ou (Redação dada pela Lei nº 12.111, de 2009)

d) Angra 1 e 2, a partir de 1º de janeiro de 2013. (Incluído pela Lei nº 12.111, de 2009)

§ 9º No processo de licitação pública de geração, as instalações de transmissão de uso exclusivo das usinas a serem licitadas devem ser consideradas como parte dos projetos de geração, não podendo os seus custos ser cobertos pela tarifa de transmissão.

§ 10. A energia elétrica proveniente dos empreendimentos referidos no inciso II do § 8º deste artigo não estará sujeita aos procedimentos licitatórios para contratação regulada previstos neste artigo.

§ 11. As licitações para contratação de energia elétrica de que trata este artigo serão reguladas e realizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, observado o disposto no art. 3º-A da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com a redação dada por esta Lei, que poderá promovê-las diretamente ou por intermédio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

§ 12. As concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica que tenham mercado próprio inferior a 500 (quinhentos) GWh/ano ficam autorizadas a adquirir energia elétrica do atual agente supridor, com tarifa regulada, ou mediante processo de licitação pública por elas promovido ou na forma prevista neste artigo, sendo que na licitação pública poderão participar concessionárias, permissionárias, autorizadas de geração e comercializadoras. (Redação dada pela Lei nº 11.075, de 2004)

§ 13. Nas licitações definidas no § 3º deste artigo poderão participar os concessionários, permissionários e autorizados de geração e comercialização.

§ 14. A ANEEL deverá garantir publicidade aos dados referentes à contratação de que trata este artigo.

§ 15. No exercício do poder regulamentar das matérias deste art. 2º, será observado o disposto no art. 1º desta Lei.

§ 16. Caberá à Aneel dirimir conflitos entre compradores e vendedores de energia elétrica, que tenham celebrado CCEARs, utilizando lastro em contratos de importação de energia elétrica ou à base de gás natural, cujas obrigações tenham sido alteradas em face de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, decorrentes de eventos alheios à vontade do vendedor, nos termos do inciso V do art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996. (Incluído pela Lei nº 11.943, de 2009)

§ 17. No exercício da competência de que trata o § 16 deste artigo, a Aneel, reconhecendo a extraordinariedade e a imprevisibilidade dos acontecimentos, poderá garantir neutralidade aos agentes envolvidos, no limite de suas responsabilidades. (Incluído pela Lei nº 11.943, de 2009)

§ 18. Caberá à Aneel, em um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, decidir de ofício, ou por provocação das partes, acerca das questões de que trata o § 16 deste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.111, de 2009)

*(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Serviços de Infraestrutura, cabendo à última a decisão terminativa)*

Publicado no DSF em 20/10/2011.

**Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília-DF**  
**OS: 155537/2011**